

CAPITAL SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: a premência do capital social no ensino da Sociologia e sua relação com o tema do desenvolvimento*

Walter Marcos Knaesel Birkner**
Edinara Terezinha de Andrade***

RESUMO: Trata-se de uma introdução ao tema do Associativismo para, na sequência, falar da importância do Capital social. O fenômeno do associativismo é um componente elementar daquilo que a literatura das Ciências Sociais convencionou denominar capital social. Assim, procuramos associar estes termos, a fim de corroborar com a importância de suas abordagens nas ciências sociais, relacionando-as com a temática do desenvolvimento. Por extensão, comentamos os resultados de uma leitura analítica dos manuais de Sociologia recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, do Ministério da Educação, durante o período de 2015 a 2017. Nessa leitura investigativa pudemos constatar e confirmar algumas coisas, entre elas o fato de que o tema do capital social e seus temas constitutivos praticamente inexistem nesses manuais. Nessa perspectiva, sugerimos uma reflexão a respeito de sua inserção no debate sociológico.

Palavras-chave: capital social, associativismo, interdisciplinaridade, introdução à sociologia, desenvolvimento.

ABSTRACT: This is an introduction to the theme of Associativism, in order to talk about the importance of social capital. The phenomenon of associativism is an elementary component of what the Social Sciences literature has called social capital. Thus, we seek to associate these terms in order to corroborate the importance of their approaches in the social sciences, relating them to the development theme. By extension, we commented on the results of an analytical reading of the Sociology manuals recommended by the National Program of Didactic Book - PNLD, of the Brazil Ministry of Education, during the period from 2015 to 2017. In this investigative reading we were able to confirm some things, fact that the theme of social capital and its constitutive themes practically do not exist in these manuals. From this perspective, we suggest a reflection about its insertion in the sociological debate.

Key words: social capital, associativism, interdisciplinarity, introduction to sociology, development.

*Apresentado no 4º SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, em 21-NOVEMBRO-2018.

** Doutor em Ciências Sociais. Docente da Unifacvest – Lages-SC e da Uniasselvi – Indaial-SC.

*** Doutora em Ciência Política. Docente da Unifacvest – Lages-SC.

Faremos uma introdução ao tema do Associativismo para, na sequência, falar da importância do Capital social. Faremos isso porque, particularmente, pensamos que nos facilite a abordagem, pelo fato de que o fenômeno do associativismo é um componente elementar daquilo que a literatura das Ciências Sociais convencionou denominar capital social. Além disso, fizemos uma leitura garimpada dos manuais de Sociologia recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, do Ministério da Educação. Nessa leitura investigativa pudemos constatar e confirmar algumas coisas, entre elas o fato de que o tema do capital social e seus temas constitutivos praticamente inexistem nesses manuais. Consideramos isso uma displicência.

No fim do século passado, o economista francês Guy Hermet (2002) afirmou que a cultura seria a última fronteira do desenvolvimento. Ele se referia ao capital social. Concordando com a força dessa assertiva, é possível dizer que, como um ativo cultural inerente ao capital social, o associativismo ajuda a constituir a última fronteira do desenvolvimento local e regional. Cremos seja possível demonstrar isso empiricamente se tomarmos o exemplo de Santa Catarina. Aqui, o associativismo se confunde com a própria paisagem antropológica do estado, fazendo parte de uma Santa Catarina “profunda”.¹ Nessa perspectiva, o associativismo ajuda a compor aquilo que autores das ciências sociais denominam capital social, talvez a maior fonte da riqueza de uma sociedade.

Nos estudos sobre o desenvolvimento, há uma perspectiva culturalista que imputa a fatores de ordem cultural a causa fundante da prosperidade dos povos. É no interior dessa perspectiva que inserimos o fenômeno do associativismo, compreendendo-o como um ativo cultural utilizado pelos indivíduos para fins diversos, não obstante, de efeitos benéficos ao desenvolvimento. Compreendemos um ativo cultural como um bem coletivo historicamente constituído e à disposição dos indivíduos. Numa perspectiva clássica da sociologia, os ativos culturais orientam as ações dos indivíduos, cuja consecução das finalidades depende dos meios utilizados. Assim, a capacidade de associação e cooperação funciona como meio para alcançar certos fins. Com o êxito, os indivíduos são estimulados a replicar seu uso, tornando-o um ativo à disposição de todos.

¹ O adjetivo foi uma sugestão do amigo e sociólogo Marcos Antonio Mattedi, que me ajudou a definir o que não conseguíamos definir num adjetivo, por ocasião de escrever um artigo de jornal. Na ocasião, escrevamos sobre a Associação Chapecoense de Futebol, procurando argumentar que se tratava de um exemplo de associativismo e capital social. Noutras palavras, definíamos a Chapecoense como exemplo de associativismo e capital social, isto é, daquilo que consideramos que Santa Catarina contém na sua constituição histórica, do ponto de vista cultural, político e econômico. O artigo foi publicado nos Jornais de Santa Catarina e Diário Catarinense, em dezembro de 2016, cerca de um mês após o acidente aéreo que vitimou jogadores, dirigentes e comissão técnica, além de profissionais da imprensa

Uma reportagem de um encarte do Diário Catarinense de janeiro de 2015 sobre o cooperativismo trazia uma importante informação. Dizia que o estado de Santa Catarina figurava, em 2014, como o terceiro estado com maior número de cooperativados do Brasil. Com 1 milhão e meio de cooperados, ficava atrás do Rio Grande do Sul, com 1,9 milhão e São Paulo, com 3,4 milhões.² Além disso, o cooperativismo teria representado 11% do PIB estadual naquele ano.³ É um resultado notável para um estado das dimensões geográficas de Santa Catarina, comparado ao Brasil. E nesse dado estatístico não estaria somado o número de associados em associações menores, como condomínios, associações e as cooperativas descentralizadas (ESTEVAM&MIOR, 2014).

Por conseguinte, é necessário observar que a história de Santa Catarina é marcada pelo protagonismo da Sociedade. Isso não seria notícia, exceto pelo fato de que, no geral, destoa da história do Brasil, caracterizada pela precedência e protagonismo do Estado sobre a Sociedade. Nessa direção, o povoamento tardio de Santa Catarina e o tipo de colonização, predominantemente baseado no trabalho livre e na pequena propriedade, favoreceu a constituição de um ambiente republicano caracterizado pelo ativismo comunitário. Disso resultam relações menos verticalizadas e reduzidas a mando e obediência. Nesse contexto, o associativismo é consequência natural, produzindo diálogo, negociação, interação social e aprendizado mútuo.

A demografia e a economia mais desconcentradas que o resto do País reforçam essa distinção. Nessa linha, é emblemática a disseminação de exemplos como as cooperativas, as associações de municípios, o associativismo empresarial, as universidades comunitárias, o extensionismo rural da Epagri, movimentos sociais, processos de descentralização, incluindo a força do esporte no interior do estado etc. Até mesmo o empreendedorismo catarinense, retratado em trabalhos magníficos a exemplo da historiadora Maria Luiza Renaux Hering (1987), é melhor compreendido a partir de processos associativos. Entre outros, são aspectos constituintes de uma “microeconomia da prosperidade”, o que sugere considerar o estado catarinense como um “laboratório” de investigação sobre as relações profícuas entre cultura e desenvolvimento.

² Em termos proporcionais, é fácil compreender que Santa Catarina fica, de longe em primeiro lugar, já que isso representava em torno de 23% da população, estimada em 6,6 milhões em 2014. Representava 16,5% no caso do RS, com população estimada em 11,3 milhões e 7,5% no caso de SP, com 44,5 milhões para o mesmo ano.

³ Seria mais ou menos o PIB de Blumenau, Chapecó e São Bento do Sul. Imagine-se retirar a economia dessas três cidades do mapa catarinense, pra ter uma ideia da riqueza que isso representa.

Isso nos permite ir ao encontro da ideia-força do capital social, cujo entendimento ajuda a instrumentalizar a interpretação sobre o caso catarinense e a importância do associativismo. Nessa perspectiva do capital social, cabe a seguinte ilustração: Em meados da década de noventa do século passado, um livro chamou muito à atenção de estudiosos do desenvolvimento regional. Trata-se de *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*, do cientista político Robert Putnam (1996). O livro é o resultado de uma pesquisa de 20 anos sobre o processo de descentralização político administrativo na Itália, iniciado na década de setenta pelo governo do Partido Comunista.

Putnam queria saber se a mencionada reforma político-administrativa tinha gerado bons resultados à democracia. De maneira geral, a descentralização funcionou. Todavia, o autor percebeu que, em geral, as inovações mostraram melhores resultados no norte da Itália do que no Sul. Ou seja, as populações do norte, em geral, aceitaram melhor as mudanças no sentido da descentralização do poder. Então ele empreendeu novo esforço, até compreender que o norte da Itália, por questões históricas, apresentava uma cultura mais predisposta à democracia republicana do que o sul. Observou a presença de importantes elementos como solidariedade, associativismo, cooperação, confiança, diálogo e civismo, denominando isso de capital social.⁴

A Itália, desde então foi objeto de muitos estudos que de modo geral corroboraram com a tese de Putnam. No campo da economia, o norte da Itália também foi bastante referenciado como um contexto marcado por fortes laços de associação e cooperação entre agentes econômicos. Esse fato explicaria porque, de modo geral, o norte do território italiano, berço do Renascimento, teria passado ao largo dos problemas da globalização, como já sugeriram economistas entre outros cientistas sociais (URANI et al, 1999). Não obstante, o capital social tem sido um pressuposto teórico para a interpretação de questões relacionadas ao desenvolvimento político e econômico de muitas sociedades.

Outro cientista político, chamado Francis Fukuyama (1996), empreendeu um importante estudo sobre as três maiores economias do século XX, EUA, Japão e Alemanha. A tese principal de Fukuyama procura confrontar-se com o senso comum difundido por certa literatura econômica convencional. Em relação à força econômica dessas nações, quase sempre se sugeriu que ela reside essencialmente numa cultura da competição. O autor procura demonstrar o contrário, isto é, que a força econômica dessas nações está

⁴ Embora não tenha sido o primeiro a utilizar o termo, Putnam o resgatou e ajudou a popularizar a ideia na década de noventa e seguinte.

baseada, fundamentalmente, na cooperação e na confiança mútua. Além de recorrer a elementos da cultura para demonstrá-lo, afirma que o maior exemplo disso são as grandes corporações, que tornam suas economias mais competitivas e dependeram, fundamentalmente da associação e da confiança entre agentes econômicos e políticos.

O universo de estudos e autores sobre o capital social e seus fenômenos constitutivos é amplo e também multidisciplinar. Nas ciências sociais, existem muitos trabalhos na ciência política, na antropologia e na sociologia. Também entre economistas e geógrafos o tema é tratado. Na grande maioria dos casos, as abordagens estão relacionadas aos estudos sobre desenvolvimento local, regional e territorial. As causas e os efeitos da associação dos indivíduos aparecem sempre como o foco das análises. Não obstante, existem estudos importantes, com abordagens convergentes, ao longo do tempo e em diversas áreas do conhecimento. Algumas delas são de importante menção, a fim de demonstrar a dimensão do assunto e as contribuições que reflexões interdisciplinares podem trazer ao tema e aos estudos sobre desenvolvimento.

No século XIX, o anarquista e geógrafo russo Piotr Kropotkin (2009) escreveu um importante tratado, intitulado *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Kropotkin se opôs frontalmente às interpretações predominantes dos darwinistas sociais da época, que sugeriam que a evolução da espécie humana tivesse dependido fundamentalmente da competição feroz pela sobrevivência, que determinaria a sobrevivência dos mais fortes. Numa viagem à Sibéria, observando as condições inóspitas de vida das pessoas, Ele concluiu que o que possibilitava a sobrevivência dos indivíduos estava justamente na capacidade de cooperação entre eles. Assim, passou a advogar pela ideia de que a evolução da espécie humana dependeu predominantemente da ajuda mútua.

Antes dele, um clássico da filosofia política, publicado na primeira metade do século XIX, já havia feito menção à força do associativismo para o desenvolvimento das sociedades. Em *Democracia na América*, Alexis de Tocqueville (2005) demonstrou que a vitalidade da sociedade estadunidense estaria na sua cultura política associativa, da qual a formação do Estado seria resultante.⁵ Observou e descreveu os hábitos, valores e a participação dos indivíduos em assuntos públicos. De ordem geral, é por esta razão que a mencionada obra tornou-se um clássico da filosofia política e o autor é reconhecido como um dos precursores da Sociologia. E, em algum momento desta obra, Tocqueville

⁵ Essa vitalidade política, caracterizada pela capacidade associativa e cívica foi retratada no cinema pelo filme de John Ford, um western intitulado *O homem que matou o facínora*, na versão para o português.

arremata: pela cultura política e capacidade associativa do povo estadunidense, esse país será a grande potência do século seguinte. Dito e feito.

Também vale mencionar o trabalho de dois biólogos, além de um físico: os dois primeiros, Humberto Maturana (1995) e Francisco Varela, demonstram como a cooperação entre os seres em sociedade e entre as moléculas nos organismos é o princípio explicativo da vida. De maneira análoga, o físico Cesar Hidalgo (2015) faz importantes analogias entre a física e a vida em sociedade. Nessa perspectiva, procura demonstrar em *Why information grows*, livro não traduzido para o português, que a diferença de sociedades e economias desenvolvidas em relação às outras reside justamente na capacidade que as primeiras encontram em constituir redes de informação e cooperação. Sugere, por extensão, que a complexidade das economias não depende simplesmente das habilidades individuais, mas da capacidade de integrá-las em redes de informação e cooperação.

Muitos outros autores, publicações e conceitos correlatos merecem menção a respeito da abordagem que apresentamos aqui. De todo modo, é importante destacar a relação simbiótica com o tema do associativismo e com uma interpretação sociológica ampla sobre a temática do desenvolvimento. Não menos, sugerimos que o tema do associativismo e a abordagem de outros fatores convergentes com o capital social são de muita utilidade para estudar o desenvolvimento de um estado como Santa Catarina e tantos outros casos. E, por extensão, queremos sugerir que, por meio de uma infinidade de publicações, esse tipo de abordagem conceitual precede salutarmente os estudos empíricos a respeito do associativismo e suas variáveis.

Neste breve espaço de exposição, é importante enfatizar a inerência do associativismo ao capital social e a íntima convergência destes com as discussões sobre o desenvolvimento. Portanto, estudar o associativismo e relacioná-lo com o tema do desenvolvimento é partir do pressuposto de que a capacidade de cooperar possa estar no cerne do surgimento das grandes civilizações e das potências políticas e econômicas. Significa a abertura para investigar causas que estão aquém ou vão além das instituições políticas e econômicas formais e que explicam seu funcionamento. Tais fatores causais, que podem ser valores, costumes ou crenças, podem ser facilitadores ou servir de obstáculo ao desenvolvimento das instituições.

Por fim, e com o perdão da redundância, estudar o associativismo e seus fenômenos correlatos significa a possibilidade de atestar a capacidade humana e coletiva de produzir ideias, de socializar e experiências. Compreende, por decorrência, a possibilidade de a

capacidade humana e coletiva de desenvolver linguagem e estabelecer regras de convivência. Ao estudar o associativismo e a cooperação, recorreremos à oportunidade de testar a hipótese de que, ao se associarem e cooperarem, homens e mulheres evoluem, fugindo de supostos determinismos biológicos se necessário, cientes de que a cultura é o que nos distingue e que o desenvolvimento é fruto de uma busca coletiva.

ABORDAGEM ANACRÔNICA DO DESENVOLVIMENTO, PATRIMONIALISMO E DESPREZO À ECONOMIA

Até aqui, falamos sobre o tema do associativismo e o relacionamos ao capital social. O tratamento aqui dado ao tema ainda é bastante epidérmico, não mais que introdutório. Não obstante, também acreditamos que sua importância e contribuição ao capital social tenha sido preliminarmente entendida. Agora, queremos sugerir que o capital social, onde o associativismo se inclui, mereceria maior atenção no ensino escolar de sociologia. Ora, estamos sugerindo que estudar o associativismo, além dos congêneres que ajudam a constituir o capital social, trará renovado entendimento para a sociologia e sobre a importância e amplitude dessa ciência social. E, para sermos mais específicos, queremos sugerir que isso contribuiria para o revigoramento de um campo de estudos que denominamos sociologia do desenvolvimento.

Ao lermos atentamente os sumários dos livros didáticos de sociologia para o ensino médio, recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, é possível observar a lacuna sobre o capital social. Salvo uma pequena exceção (MACHADO et al, 2013), a abordagem sobre o tema ou seus componentes não aparece. Como já dissemos, isso permitiria, no mínimo, o revigoramento da sociologia do desenvolvimento. Certamente, concordemos que essa afirmação aparece aqui como uma hipótese que ainda precisa ser testada. Nossa sugestão é categórica: haveria sim uma importante contribuição à sociologia do desenvolvimento, porque permitiria a novas gerações de leitores entenderem, em relação ao desenvolvimento, aquilo que a sociologia dos manuais despreza. E, por extensão, haveria uma revalorização da sociologia.

De maneira geral, a abordagem acerca do desenvolvimento nos manuais apresenta uma visão exclusivamente pessimista acerca do desenvolvimento. Não se sugere, com isso, refutar esse tipo de interpretação crítica. Do ponto de vista do apontamento das desigualdades, seria mesmo absurdo que a sociologia não denunciasse as falhas do sistema

e do que podemos denominar de modelo de desenvolvimento ocidental. O problema é que a abordagem específica de uma sociologia do desenvolvimento pouco aparece nos manuais e quando isso acontece, a sua abordagem é maniqueísta e desatualizada. Ela se restringe a uma interpretação vulgar e simplista do darwinismo social de primeira leva.

Nos manuais de sociologia brasileiros, a abordagem sobre a sociologia do desenvolvimento é anti-evolucionista e foi comprometida pelo reducionismo anti-darwinista. Em outras palavras, reconhecidas as suas origens evolucionistas, o desenvolvimento é tratado como uma abordagem eurocêntrica, colonialista e preconceituosa. Tanto a perspectiva fatalista do darwinismo social, quanto a sua perspectiva culturalista que veio depois, foram rechaçadas pela sociologia feita no Brasil. A primeira sugeria que os povos não europeus tendiam à submissão ou ao desaparecimento. A segunda sugeria que as possibilidades do desenvolvimento político e econômico dos países não europeus era seguir o modelo de desenvolvimento dos antigos colonizadores.

Filha do evolucionismo, a ideia do desenvolvimento ficou marginalizada durante o período das duas grandes guerras. No entanto, o discurso do desenvolvimento foi retomado no pós-guerra sob os alicerces dos direitos e liberdades, individuais e coletivos, inclusive de mercado. Supostamente, por uma preferência à teoria da dependência, cuja vertente mais radical sugeria o rompimento econômico com as principais potências capitalistas, a sociologia brasileira preferiu ignorar todo o desenrolar interpretativo da ideia força do desenvolvimento no pós-guerra. Por essa razão, tem muita dificuldade de acompanhar o debate sobre o desenvolvimento e inserir investigações e teorias que sugiram alternativas dentro do sistema.

Talvez seja por respeito ao genuíno esforço dos teóricos da dependência, que a sociologia introdutória no Brasil rejeite a continuação da abordagem evolucionista do desenvolvimento. Talvez seja por uma persistência pós-cepalina de produzir um modelo alternativo de desenvolvimento, apoiado na sustentabilidade ecológica, que a sociologia introdutória brasileira se negue a dar continuidade ao debate sobre o desenvolvimento. Isso precisamos investigar. Por extensão, mesmo fora da abordagem específica sobre o desenvolvimento, a sociologia introdutória descarta a compatibilidade entre democracia e economia de mercado. Embora relativo, é até possível afirmar que tal compatibilidade não haja e que o desenvolvimento é uma quimera. Contudo, a presunção ideológica da sociologia, que ignora estatísticas, não está em condições de demonstrar isso.

Se alguma perspectiva de compatibilidade é admitida, ela residiria na atuação possível do Estado. Ocupado pelas forças políticas certas, sugerem os manuais, somente o Estado poderia atenuar a desigualdade por meio das políticas sociais. Estas implicam no combate às desigualdades, na afirmação dos direitos e na defesa das minorias. Nesse espectro, as interpretações, no geral, não variam. As sociedades são desiguais pela natureza da sua constituição, baseada na propriedade privada. Por essa razão geral apontada originalmente por Rousseau e cuidadosamente analisada por Marx, a sociedade ocidental estaria fadada à desigualdade. E, enquanto “um outro mundo (não) é possível”, o Estado de bem-estar social precisa ser garantido e ampliado.

Nesse ponto, porém, a sociologia dos manuais revela o primeiro de seus sofismas. Por trás da ideia de que a alternativa sistêmica, inda que insuficiente, seja o Estado de bem-estar social, está a ideia deliberadamente enganosa de uma riqueza infinita e superconcentrada. É esse patrimônio nacional incomensurável, produzido coletivamente e apropriado privadamente, que deveria ser distribuído, partindo dos que possuem os meios de produção na direção dos despossuídos. O sofisma é justamente esse, qual seja, o de insinuar que essa riqueza incomensurável seja de tamanhas proporções, que não haveria limites à sua desconcentração. Nesse sentido, o grande esforço político nacional a cargo do Estado de bem estar social seria o de encontrar os meios de desconcentrá-la.

O segundo sofisma por traz da ideia do Estado de bem estar está na insinuação de que somente um aparato estatal poderoso, forte o suficiente para vergar a resistência das elites econômicas, seria capaz de bem suceder esta tarefa. E esse sofisma esconde a real natureza do problema da desigualdade, sob duas facetas. A primeira faceta diz respeito à falta de riqueza e produtividade para atender às demandas incessantes. A segunda faceta está no fato de que o verdadeiro inimigo dos mais pobres e da classe trabalhadora não são as elites econômicas, mas o Estado patrimonialista. Noutros termos, não é o agente capitalista produtivo o responsável pelas desigualdades. O grande vilão é o Estado patrimonialista.

É esse Estado, composto por uma densa e poderosa burocracia nos três poderes, o responsável pelos limites na promoção do bem estar social. É ele que, justamente em nome do bem estar e da justiça social, retira recursos da produção e da comercialização, desestimulando a produtividade e diminuindo poder de consumo da Sociedade. E, ainda que um dos melhores intérpretes dessa realidade já o tenha dito, pouca importância isso teve à sociologia introdutória brasileira. Foi o jurista Raymundo Faoro, autor do clássico

“Os donos do poder”, quem interpretou o patrimonialismo brasileiro. Nessa perspectiva, tanto as explicações econômicas sobre a fonte dos recursos das políticas públicas, quanto as explicações sociológicas sobre a apropriação patrimonialista desses recursos, traria compreensão mais realista sobre as possibilidades e os limites do bem-estar.

Ao ignorar isso, a sociologia despreza as leis da economia, os limites e a necessidade do estímulo a quem produz. Mais que isso, esconde o fato de que quem intermedia a distribuição da riqueza é de fato o maior responsável pela sua má distribuição. Nisso entra a omissão da sociologia. É isso que a impede de trazer à tona discussões sobre ideias, hipóteses, teses e até conceitos que lhe poderiam ser úteis. São possíveis elementos de ordem teórica que demonstrem, sob certa ótica sociológica, que outros fenômenos da sociedade poderiam explicar porque algumas sociedades são mais bem-sucedidas que outras. Isso diminuiria a atribuição de vítima a algumas sociedades, enquanto revelaria a força de outras e é aí que fatores como os constitutivos do capital social poderiam aflorar no campo da introdução da sociologia.

Como estamos tratando o assunto de maneira preludear e sugestiva, é preciso que admitam os leitores que esta exposição está aberta, ao invés de se obrigar a demonstrações conclusivas. O leitor se encontra antes diante de uma provocação, em que vários feixes interpretativos são lançados ao debate, às indagações e objeções. Até aqui, nos propusemos a introduzir uma compreensão sobre a importância da inclusão do capital social nos manuais de sociologia. Também levantamos a hipótese de que se isso não acontece é porque os autores estão presos aos seus próprios preconceitos em relação à ideia força do desenvolvimento, à qual a ideia do capital social está, por sua vez, associada. Agora, enumeraremos os termos constituintes do capital social, com uma definição sintética correspondente. Vamos então aos termos que constituem o capital social:

1 – Cooperação: a importância está no fato de que a cooperação, para além do aspecto da solidariedade (ajuda mútua), da amizade e dos laços de confiança, espírito público e senso de identidade (pertencimento) que proporciona, todos esses efeitos, além de outros que pudermos constatar, tem algum efeito, e às vezes considerável, na política e na economia, promovendo o desenvolvimento. O exemplo mais notável são as cooperativas, cuja estratégia é pública e os fins são privados e utilitaristas.

2 – Associação: na sua definição, o termo muito se assemelha com o anterior. Também está relacionado à solidariedade e capacidade de ajuda mútua, além dos efeitos que proporciona. A distinção conceitual entre esses dois primeiros termos está em que associar-se tem por fim o próprio meio, isto é, a finalidade é aproximar-se, fazer parte de um ou mais grupos, tenho causas em comum a defender. Na prática, associações tem caráter público, filantrópico e sem fins lucrativos.

3 - Confiança: sua importância está correlacionada à cooperação. Sugiro que seu tratamento seja feito considerando-a como um ativo cultural indispensável ao desenvolvimento econômico e político, permitindo empreendimentos conjuntos, permitindo maior envolvimento dos indivíduos com as questões públicas, como também em empreendimentos.

4 – Diálogo: a capacidade dialógica de uma sociedade é um elemento fundamental para o seu desenvolvimento. Redes dialógicas de trocas de informações permitem ampliar o conhecimento dos indivíduos e refletem na dinâmica das comunidades e sociedades, com reflexos na política, na economia e na educação. Quanto mais pontos de encontro que propiciem o diálogo entre os indivíduos, mais desenvolvida tenderá a ser a sociedade.

5 – Civismo: a cultura da preocupação com a coisa pública, com a cidade, com a política e todos os aspectos que envolvem o interesse público e o funcionamento de uma sociedade, é compreendido como um fator de desenvolvimento. Quanto maior for a preocupação cívica dos indivíduos, quanto maior for o senso de responsabilidade pela coisa pública, maiores tendem a ser os efeitos do desenvolvimento.

6 – Solidariedade: apesar de seu caráter altruístico, a solidariedade é igualmente compreendida como fator de desenvolvimento econômico, político e educacional. Entrelaçada aos elementos precedentes acima apresentados, ajuda a constituir o capital social de uma sociedade. O estudo do tema ajuda a compreender que o desenvolvimento é, em última instância, um produto político.

Pois bem, estes são os termos. A partir dessa exposição bastante preliminar e sumária, esperamos que a provocação interesse ao leitor. Dizemos isso sinceramente e sem

muita esperança, por duas razões. Primeiramente, pela superficialidade com a que aqui expomos um problema tão amplo e relativamente novo. Em segundo lugar, porque o tema talvez não interesse tanto ao leitor quanto presumimos devesse ser. Isto é, talvez o tema esteja superestimado e o tempo que passou entre seu surgimento e agora já o tenha demonstrado e somente nós não o percebemos. Se este for o caso, de todo modo, ficaríamos sinceramente gratos que alguém em boa fé, não obstante, sem piedade, nos avisasse. Porque enquanto isso não acontecer, continuaremos convencidos sobre a importância do que propomos: que a inserção do capital social e seus termos constitutivos seja tão útil quanto premente no ensino introdutório da sociologia.

REFERÊNCIAS

BALEM, Tatiana Aparecida. Associativismo e cooperativismo. Santa Maria, 2016, Colégio Politécnico, UFSM. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/sexta_etapa/arte_associativismo_cooperativismo.pdf

FUKUYAMA, Francis. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio, Rocco, 1996.

HARRISON, L. & **HUNTINGTON**, S. A cultura importa. São Paulo, Record, 2002.

HERING, M. L. R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí. Blumenau, Furb, 1987.

HERMET, Guy. Cultura e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 2002.

HIDALGO, Cesar. Why information grows. Basic Books, 2015.

ILHA, A. da S. & **CORONEL**, D. A. & **ALVES**, F. D. O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>

KROPOTKIN, Piotr. Ajuda mútua: um fator de evolução. Trad. Waldir Azevedo Jr. São Sebastião, A Senhora Editora, 2009.

LEITE, Pedro Sisnando. A terceira Itália: modelo de desenvolvimento industrial. Disponível em <http://www.econometrix.com.br/colunistas.php?id=22755>.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 29, n. 85, junho de 2014.

MACHADO, I. J. de R. & **AMORIM**, H. & **BARROS**, C. R. de. Sociologia hoje. São Paulo, Ática, 2013.

MATURANA, H. & **VARELA**, F. A árvore do conhecimento. Campinas, Ed. Psy, 1995.

MIOR, L. C. & **ESTEVAM**, D. O. Inovações na agricultura familiar. Florianópolis, Insular, 2014.

PEYREFITTE, Alain. A sociedade de confiança. Rio, Instituto Liberal, 1999.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo, FGV, 1996.

REIS, Fábio Wanderley. Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Solidariedade, interesses e desenvolvimento político. pp. 128-172. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-06.pdf>

SCHNEIDER, José O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. In: Cadernos Gestão Social, v.3, n.2, p.251-273, jul./dez. 2012.

TOCQUEVILLE, A. Democracia na América. Volumes I e II. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

URANI, André. et al. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

WERLANG, Alceu Antonio. A diversidade do Oeste catarinense está na história de colonização da região. *Diário Catarinense*, Encarte Viver SC, em 28/08/2015.